

NOTAS CRÍTICAS AO MARXISMO CAIOPRADEANO

César Mangolin de Barros¹

RESUMO: O artigo trata de alguns problemas do marxismo de Caio Prado Júnior a partir de formulações sobre a história brasileira e de sua concepção de revolução, debatendo a questão do socialismo e sua visão sobre sua possibilidade histórica.

PALAVRAS – CHAVE: Caio Prado Jr.; marxismo; revolução.

ABSTRACT: The article deals with some problems of Marxism by Caio Prado Jr. from formulations on Brazilian history and his conception of revolution, debating the question of socialism and his vision for its historical possibility.

KEYWORDS: Caio Prado Jr.; marxism; revolution.

111

INTRODUÇÃO

O que se pretende neste texto é apresentar, ainda que sumariamente, alguns problemas da análise marxista caiopradeana.

Partimos do pressuposto de que não podemos debater esse tema sem que discutamos, em conjunto, temas específicos que, aparentemente, possuem harmonia no interior da sua obra, o trabalho está dividido de acordo com esses temas: uma síntese da questão específica do desenvolvimento; sua concepção de formação do Brasil e de colonização; a análise do desenvolvimento brasileiro como via “não clássica” de desenvolvimento do capitalismo e a questão da terra; a industrialização; a revolução.

O primeiro e o último ponto estão, em nossa leitura, intimamente ligados na obra do autor e oferecem argumentação e conclusão com relação ao socialismo e suas possibilidades bastante problemáticas se pensadas a partir do marxismo.

1 – O DESENVOLVIMENTO

No primeiro capítulo de “História e Desenvolvimento”, escrito em 1968, Caio Prado Júnior destaca que o desenvolvimento é “condição precípua para assegurar ao país e à

¹ Cesar Mangolin de Barros

generalidade de seu povo o conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar” e que deve ser tratado “na base da especificidade própria e das particularidades de cada país ou povo a ser considerado”. (Prado Júnior, 1978, p.17).

A partir dessa afirmação - da necessidade de ater-se às particularidades históricas de cada país para compreender o fenômeno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento ou, de outra forma, da necessidade de compreender a história de cada país para, a partir dela, compreender a realidade e “orientar” o curso do seu desenvolvimento - Caio Prado critica as teorias desenvolvimentistas que pregam um desenvolvimento unilinear, ou seja, que todos os países passariam pelos mesmos estágios e que a industrialização, por si só, conduziria ao desenvolvimento, como expresso pelos economistas da Cepal e a chamada “teoria ortodoxa” que

“parte de uma situação estática, uma abstrata ‘sociedade tradicional’, semelhante em toda parte (...) que num momento dado começa a se transformar por força de fatores estranhos e exteriores à sua dinâmica própria, sejam o avanço científico e as conquistas tecnológicas, sejam idéias e esperanças de progresso econômico, ou a intervenção de uma nova classe de indivíduos empreendedores e dinâmicos. Confluindo tudo para o desencadeamento de um processo auto-impulsionado de acumulação capitalista e inversão progressivas que condicionam o desenvolvimento. Contudo aí pára a teoria, não procurando explicar o surgimento daqueles fatores que propiciaram o desenvolvimento”. (Prado Júnior, 1978: p.26).

Na particularidade histórica brasileira, portanto, o autor considera que seu passado colonial e sua inserção na economia mundial como país periférico e exportador de produtos primários marcaram indelevelmente seu tipo de desenvolvimento. Mesmo com a urbanização e industrialização do Brasil, Caio Prado ainda considerava, nos anos 1960, que o país permanecia centrado nas exportações de produtos primários e que a industrialização e ampliação do mercado interno não foram capazes de criar bases sólidas para um desenvolvimento nacional autônomo, que integrasse o grosso da população marginalizada, permanecendo o país subordinado aos interesses do imperialismo e aos graves problemas com relação às contas externas. Seria, portanto, “essa incapacidade de integração do conjunto da população que estaria obstando a constituição de um sistema nacionalmente integrado e manteria vivo o passado colonial” (Corsi, 2003: p.140).

O subdesenvolvimento seria resultado de circunstâncias históricas que impedem que a acumulação e reprodução do capital se dêem internamente e sejam controladas nacionalmente. A posição ocupada pelo Brasil dentro do sistema capitalista, como produtor

e exportador de gêneros primários, faz com que grande parte da mais valia seja realizada no exterior, gera a necessidade da importação de bens manufaturados, desequilibrando a balança de pagamentos, tendo como agravante as remessas de capital ao exterior e tornando o país dependente da constante entrada de capitais externos, seja como empréstimo, seja como investimento direto. A própria industrialização, não apenas do Brasil, mas dos demais países da América latina, se dava com larga participação do capital estrangeiro, o que impedia a formação de uma economia nacional integrada.

Há, em relação à industrialização, um ponto de concordância entre Caio Prado Júnior e Celso Furtado, como bem observa Francisco Corsi em seu artigo já citado,

“não só por comungarem a idéia de uma industrialização substitutiva de importações, mas também por enfatizarem o papel do mercado no processo. Para ambos, a industrialização brasileira teria sido impulsionada pelos estrangulamentos externos e esbarraria na falta de mercados” (p.144).

É necessário ainda ressaltar que na obra “História e desenvolvimento”, escrita originalmente como uma tese para concorrer à livre-docência em História do Brasil, na Universidade de São Paulo, em 1968, frustrada pela ditadura militar, não encontramos proposições para o problema do desenvolvimento do Brasil, mas apenas um apanhado geral da história e a análise dos fatores que fizeram o país chegar à situação na qual se encontrava. No último parágrafo do referido trabalho, o autor afirma que

“é na base destas circunstâncias presentes na atual conjuntura econômica em que se encontra o país, que se faz possível formular as premissas necessárias para o equacionamento do problema do desenvolvimento brasileiro. Mas isto já ultrapassaria os limites do presente trabalho que não objetivou senão mostrar que aquele equacionamento resulta e somente pode resultar de uma apreciação do processo histórico que é onde a questão do desenvolvimento se propõe.” (Prado Júnior, 1978: p.92).

Em nossa compreensão, a “ultrapassagem” dos limites deste trabalho já havia sido feita, seja nas páginas da *Revista Brasiliense*, seja, apenas dois anos antes, no seu polêmico livro “A Revolução Brasileira”, que contém elementos propositivos e programáticos, além da reafirmação da compreensão da formação do Brasil elaborada pelo autor e a crítica severa ao que chamou de “teoria consagrada”, levada adiante pelo PCB.

2 - A FORMAÇÃO DO BRASIL

A origem do Brasil, obviamente compreendida a partir da invasão européia, no século XVI, é objeto de grande debate entre vários autores brasileiros.

Caio Prado Júnior é, sem dúvida, um destes autores obrigatórios em qualquer texto que trate do tema, seja a favor ou contra suas teses.

No seu célebre livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, no primeiro capítulo, intitulado “O sentido da colonização”, o autor faz uma síntese de seu pensamento acerca da formação do Brasil, como expressa bem o conhecido trecho que citamos a seguir:

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o mercado europeu. Nada mais que isto”.(Prado Jr., 1995: p.31-32).

O autor considera que a colonização brasileira deve ser compreendida no bojo da expansão ultramarina do século XVI, a partir da qual se instalou nestas terras uma “empresa mercantil”. Todos os aspectos da história brasileira analisados nesta obra irão, segundo a intenção do autor, demonstrar a permanência deste “sentido” da colonização.

No mesmo texto citado acima, Caio Prado fará uma diferenciação da ocupação e colonização das áreas temperadas e tropicais das terras descobertas. Nestas, para estabelecer-se “o colono europeu tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas” (Prado Jr., 1995: p.28). Este estímulo seria a possibilidade de cultivar produtos próprios de zonas tropicais que até então chegavam à Europa através do comércio longínquo com o Oriente. O colono europeu viria, portanto, “como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso, mas só a contragosto como trabalhador”. (p.29).

Embora nesta obra citada não fique claro o caráter capitalista ou não da “empresa colonial”, vinte e quatro anos (1966) depois, no seu polêmico “A revolução brasileira” (1977: p.68), Caio Prado insere o Brasil num quadro internacional do capitalismo comercial:

“Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, **dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial**, e aí, por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina”. (grifos nossos).

Considerar o Brasil capitalista desde sempre traz implicações para a obra de Caio Prado Júnior.

O tratamento privilegiado da esfera da circulação parece ser responsável por esta questão, como o próprio autor define: “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização”. (Prado Júnior, 1995: p.228). Outro ponto, que nos parece fundamental para a análise de sua obra, é a ausência do conceito marxista de modo de produção.

Estes dois elementos são observados num artigo de Carlos Nelson Coutinho, que afirma que “o estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado Júnior não é muito

rico”, o que faz com que o historiador relativize a importância do conceito de “modo de produção”, “o que o leva por vezes a confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que incompleto)”, observando ainda que esta confusão “deriva da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção”. (Coutinho, 1989: p.116).

Também Jacob Gorender (1978) critica esta linha “que se concentrou no mercado e dele fez a chave explicativa da economia colonial” por ter sobreposto “a esfera da circulação às relações de produção” (p.19). Ainda na crítica de Gorender, apesar de fazer “avançar o processo cognoscitivo da realidade histórica”, esta e outra linha de análise o “travaram e desviaram ambas pelo obstáculo que opuseram ao estudo da categoria central de todas as formações sociais: a categoria de modo de produção.” (p.20).

Capitalismo comercial não se presta muito como chave para explicação da colonização brasileira. Primeiro porque estão ausentes características fundamentais do modo de produção capitalista, como a troca de trabalho vivo por salários, a extração da mais-valia, relação que não havia na Colônia, tampouco era uma relação predominante na Europa da época. O lucro no capitalismo é obtido na esfera da produção, através da extorsão do sobre-trabalho, da mais-valia. Caio Prado situa o Brasil nos quadros de um capitalismo comercial, cujos lucros são obtidos na venda dos produtos.

“(…) é inegável que a plantação colonial marcou a transferência, em larga escala, do capital comercial para a esfera produtiva. Processo contemporâneo da mercantilização da economia inglesa que (...) antecedeu e condicionou historicamente a introdução das relações capitalistas de produção no campo. Mas o equívoco, do ponto de vista do marxismo, fica patente na identificação de ‘sistema mercantil internacional’ a ‘sistema internacional do capitalismo’. O caráter mercantil da produção, isto é, o predomínio da produção para a troca não se confunde com o caráter capitalista das relações de produção, que se baseiam no intercâmbio do trabalho vivo com o salário. Ao confundi-los, para sustentar que a economia brasileira é capitalista desde as origens, os ‘mercado-cêntricos’ privaram-se da possibilidade de explicar a desigualdade de desenvolvimento entre os países que permaneceram submetidos ao jugo colonial e os que dele se emanciparam”. (Moraes, 2000: p.162).

Além disso, devemos considerar que o capitalismo industrial, que o próprio Caio Prado chama de “capitalismo propriamente” (1978: p.57), surgido apenas no século XVIII, na Inglaterra, não pode ser considerado como um desdobramento óbvio dos acontecimentos do século XVI, como se houvesse uma linha reta no desenvolvimento da humanidade, ou ainda, como se desse uma capacidade teleológica, impossível, tanto aos grandes navegadores e primeiros colonizadores do Brasil, quanto aos donos da metrópole.

Torna-se óbvio considerar o Brasil capitalista desde sempre, na medida em que se identifica a existência de mercado e a busca de lucro como determinantes do modo de produção capitalista. Os lucros obtidos na “empresa colonial” advinham do comércio, da circulação, assim como em grande parte da história da humanidade, em diferentes épocas e localidades, se comercializava e se obtinha lucros, sem que com isto se demarcasse um capitalismo de qualquer tipo.

A definição de capitalismo de Caio Prado se aproxima mais da de Weber que com a de Marx e sua compreensão sobre o Brasil e a revolução estão marcadas por esse equívoco que tem influenciado gerações de marxistas.

Marx mesmo trata, no terceiro livro de “O capital”, de separar bem as relações mercantis das relações capitalistas, embora reconheça que as relações mercantis antecedem e são mantidas pelo modo de produção capitalista como parte importante para a realização de todo o processo produtivo: produção – circulação – distribuição – consumo.

3 – Uma via “não clássica” do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

É notório que Caio Prado Júnior, em seu esforço de compreensão da história do Brasil, busca nela os traços essenciais para a compreensão de seu presente para, a partir desta base, propor caminhos para o desenvolvimento nacional e autônomo e para a revolução brasileira. Vários autores destacam, coerentemente, que seu mais famoso livro, “Formação do Brasil Contemporâneo”, apesar de ter ficado apenas na análise da Colônia, já pelo título aponta esta preocupação de fundo do autor.

A interpretação de Caio Prado sobre as especificidades do desenvolvimento brasileiro aponta para a construção de uma via não clássica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Este tema já vinha sendo debatido, entre os marxistas, pelo menos desde 1960, com a utilização para a compreensão da trajetória brasileira do conceito de **via prussiana**, sob a original formulação de Lênin ou da “ampliação”, a partir da década de 1970, efetuada por Lukács.

Lênin buscava compreender a especificidade russa e as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo no campo, o que fez com que apontasse duas possibilidades: a via americana e a via prussiana. Obviamente não o fez para transplantar mecanicamente realidades distintas para a Rússia, como tampouco pretendeu criar uma teoria geral do desenvolvimento do capitalismo no campo, que servisse para todos os países.

Carlos Nelson Coutinho analisa no artigo já citado “Uma via não clássica para o capitalismo” (1989, pp. 115-131), a contribuição de Caio Prado Júnior na definição da via não clássica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Distingue o caso brasileiro da via prussiana de Lênin, porém, citando um trecho de “A questão agrária no Brasil”, no qual Caio Prado afirma que

“a situação do Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e na origem de nossa estrutura agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a grande exploração rural que se perpetuou desde os inícios da colonização brasileira até nossos dias; e **se adaptou ao sistema capitalista de produção** através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e **não inteiramente completado** (...) de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre” (Prado Júnior apud Coutinho, 1989, p.119)

Na obra de Caio Prado Júnior não há qualquer referência ao conceito de “via prussiana” ou mesmo de “revolução passiva”, elaborado por Antonio Gramsci, como bem observa Carlos Nelson Coutinho. Porém, é duvidoso, como afirma o autor, que Caio Prado Júnior não conhecesse pelo menos o conceito elaborado por Lênin.

O conceito de via prussiana já havia sido utilizado por Nelson Werneck Sodré, em sua obra “Forma o Econ mica do Brasil”, conforme trecho do artigo de Marcos Del Roio, no qual analisa a contribui o teórica do autor no contexto da discussão sobre a revolu o brasileira:

“Embora o processo político da chamada revolu o brasileira tenha tido início em 1930,   só na década de 50 que as condi es sócio-econ micas e políticas mostram-se suficientemente maduras ‘para permitir aquele processo de renova o a que já se convencionou chamar Revolu o Brasileira’ (Sodré).   no campo, porém, segundo a análise de Sodré, que ‘as contradi es entre as forças produtivas e as rela es de produ o chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracteriza o, do Brasil, segundo um estudioso (Sodré referia-se a Lênin – CMB), de um desenvolvimento   moda prussiana, sob a a o e a influência do imperialismo. Avança sem d vida a penetra o capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido”. (Sodré apud Del Roio, 2000, p.90).

Pouco provável que Caio Prado não conhecesse o referido texto de Sodré. A primeira edi o de Forma o Histórica do Brasil data de 1962 e foi resultado, como explica o autor em seu prefácio, de um curso de história do Brasil, ministrado por Sodré no ISEB desde 1956, dez anos, portanto, antes de Caio Prado escrever “A revolu o brasileira”.

Ainda há um outro motivo para duvidar do desconhecimento de Caio Prado do conceito de via prussiana. Nos debates que antecederam o V Congresso do PCB, dos quais participou ativamente o autor, em 1960, a questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil surgiu em artigos de vários autores, inclusive sendo o conceito de via prussiana utilizado explicitamente num artigo de Jo  Amazonas.

“O capitalismo, seguindo o **caminho prussiano**, pode se desenvolver no campo, conservando o latifúndio. Pode também o capitalismo crescer, subsistindo a dependência do país ao imperialismo. Um exemplo significativo é o caso do Canadá, onde apesar da dominação imperialista, o capitalismo já atingiu um elevado grau de desenvolvimento. Não é o crescimento do capitalismo que leva à independência e às transformações democráticas, como se afirma implicitamente nas Teses (nº 25)”. (Amazonas, 1960)

Carlos Nelson Coutinho afirma que “um dos principais méritos dessa caracterização de Caio Prado da natureza de nossa formação moderna, definida objetivamente como um capitalismo ”não clássico, foi precisamente o de permitir ao historiador apresentá-la como capitalista” (Coutinho, 1989, p.120). Tal afirmação é acompanhada da análise de que os marxistas brasileiros, “sobretudo os ligados ao PCB” ignoravam a problemática das vias não clássicas, colocando em xeque, assim, a análise de condições semi-feudais ou semi-coloniais e a necessidade da revolução democrático-burguesa, apesar de, mais adiante, o próprio autor do artigo reconhecer que “no ardor da polêmica” talvez “Caio Prado tenha em alguns casos superestimado a possibilidade de assimilar determinadas formas de remuneração do trabalho rural (como a parceria) ao assalariamento” (p.121).

“Coerente com sua doutrina de capitalismo desde sempre, Caio Prado Júnior procurou caracterizar o colonato como trabalho assalariado. Sem dúvida, o colono do sudeste (e, *mutatis mutandis*, o ‘morador’ do nordeste) auferia uma fração de seus meios de subsistência sob forma de salário, mas, como o escravo, produzia boa parte daquilo que consumia cultivando gêneros alimentícios em terrenos reservados para esse fim. Recebia também, por via de regra, um casebre para moradia. Cabia-lhe, em troca, criar e manter o cafezal. Trata-se, portanto, de uma relação de trabalho complexa, mas, como mostrou convincentemente Décio Saes, nela predominam as relações de produção servis e a dependência pessoal” (Moraes, 2000: p.174).

Carlos Nelson Coutinho ainda identifica, colocando toda a elaboração dos marxistas da época num mesmo bojo e este totalmente subordinado às teses oficiais do PCB, na constatação da existência de restos feudais no campo brasileiro, a afirmação de que estes constituiriam obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo.

O próprio trecho do artigo de João Amazonas, citado acima, refuta claramente esta afirmação de Carlos Nelson Coutinho. O conceito de via prussiana, elaborado por Lênin e utilizado em 1960 por João Amazonas, como citamos acima, não afirma em momento algum que este caminho constitui-se como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, trata-se exatamente de uma das vias de desenvolvimento do mesmo, através da qual os trabalhadores são mais penalizados e permanecem, por maior tempo, elementos constitutivos de relações não-capitalistas de produção no campo.

Independente da discussão terminológica (se Caio Prado conhecia ou não os termos e conceitos que envolvem as também polêmicas teorias não-clássicas do desenvolvimento

capitalista e sobre o que se chamava de “restos feudais” no campo), parece mais razoável dedicar a análise teórica às conseqüências das concepções de fundo sobre a formação brasileira que vão, como veremos mais adiante, levar Caio Prado a conclusões bastante estranhas ao marxismo.

Também não parece auxiliar esse esforço uma postura complacente, de um lado, e rigorosa, de outro. Enquanto que as proposições dos marxistas e comunistas, colocadas como uma coisa só, constituem um erro crasso, a Caio Prado Júnior somente se imputa uma possível “superestimação” da real situação do campo e das relações de produção existentes. Esta **possível superestimação** da questão do campo não é algo que pode ser tratado como um aspecto secundário, visto que serve de base para as conclusões do autor acerca da reforma agrária e dos caminhos que deveria tomar a revolução brasileira.

Concordar com Carlos Nelson Coutinho quanto à originalidade de Caio Prado ao estabelecer uma via não-clássica do capitalismo no Brasil é bem simples. Problemáticas são as conclusões às quais chegam o próprio autor do artigo e seu interlocutor.

Não encontrar na base da formação do Brasil uma economia camponesa justifica para o autor, em “A Revolução Brasileira”, a ausência da luta pela terra no Brasil e, por conseqüência, a negação da reforma agrária.

A ausência de uma economia camponesa se deu pela forma de apropriação da terra desde as origens da colonização. Os chamados índios e os africanos escravizados para serem camponeses necessitavam, primeiro, serem livres (Moraes, 2000). Além disto, a história do século XX, marcada por grandes conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários, põe abaixo essa tese de Caio Prado.

Como escreveu João Quartim de Moraes:

“Tanto o ‘fator terra’ quanto o fator ‘mão-de-obra’ foram, pois, ‘alocados’ pelo fator violência: expulsão, escravização ou extermínio dos autóctones, ‘importação’ de milhões de escravos africanos. As terras úteis foram assim reservadas para os latifúndios; o caráter predatório da grande plantação a levava a incorporar sem interrupção novas terras, impedindo, portanto, que ela fosse cultivada, salvo residual e precariamente, por camponeses independentes”. (Moraes, 2000, p.167)

Para Caio Prado, não havendo, portanto, no Brasil, uma grande base de camponeses, que teriam sido expropriados no processo de concentração de terras, a luta pela terra circunscrevia-se à luta pelo emprego de camadas crescentes de trabalhadores agrícolas postos para fora da mecanização e modernização da agricultura.

“A reivindicação pela terra se liga entre nós, quando ocorre, a circunstâncias muito particulares e específicas de lugar e momento. (...) a reivindicação pela terra está longe, muito longe de ter a expressão quantitativa e sobretudo qualitativa de outras pressões e tensões no campo brasileiro que dizem respeito a condições de trabalho e emprego na grande exploração

rural – fazenda, engenho, usina, estância... É aí que se situa o ponto nevrálgico das contradições no campo brasileiro” (Prado Júnior, 1977, p.52).
Considerando que as relações de produção presentes no campo eram capitalistas, restava transferir aos trabalhadores agrícolas as leis trabalhistas existentes na cidade e investir em sua organização em sindicatos rurais.

Não cabe neste trabalho repassar toda a discussão em torno da existência ou não de relações feudais no Brasil. Apenas é bom ressaltar que, do exposto acima, podemos perceber a existência de relações não-capitalistas de produção na história brasileira. Relações que foram predominantes durante os séculos iniciais de nossa história e dão a possibilidade de compreendermos uma dinâmica diferenciada da concluída e exposta por Caio Prado Júnior.

A manutenção do latifúndio, que no fim das contas, acaba sendo proposta por Caio Prado, por não ser uma questão central em seu pensamento sobre a questão agrária, é largamente responsável pelo tipo de capitalismo desenvolvido no Brasil, em que a burguesia não destrói as relações de produção anteriores e a grande propriedade, em benefício dos trabalhadores (via americana), mas, ao contrário, “mistura-se” às relações anteriores e mantém o latifúndio, que é transformado lentamente em “estabelecimento puramente capitalista”, permanecendo durante um longo período seus “traços feudais”, deteriorando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores (via prussiana). (cf. Lênin, 1982, p.10-11)². Esta particularidade da formação do Brasil teria influência decisiva na questão da industrialização, conduzindo-nos a conclusões diferenciadas das de Caio Prado neste ponto, como veremos a seguir.

4 – A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.

Tratamos, na primeira parte deste trabalho, de aspectos fundamentais da avaliação de Caio Prado Júnior acerca de nossa industrialização, que resgatamos aqui esquematicamente. São eles:

A – “A economia brasileira continua a se basear no fornecimento de produtos primários para o mercado exterior. É essa sua característica principal” (Prado Júnior, 1977, p.188).

² Ainda que a questão terminológica não seja irrelevante e seja polêmica, a recorrência às formulações de Lênin e à terminologia por ele empregada na análise da situação russa é feita por fidelidade ao texto. Considerando os comentários feitos acima, sobre a inexistência de uma base camponesa no Brasil, ou sobre a polêmica em torno das relações feudais ou semi-feudais, fica aqui, nos limites que nos são impostos pelo presente texto, a insistência na existência majoritária, quando escreve Caio Prado Jr., de relações não-capitalistas no campo brasileiro, o que faz com que as contribuições de Lênin sejam extremamente relevantes.

B - “uma indústria ,portanto, simplesmente substitutiva de importações e que se paga, em última instância, com recursos que o Brasil aufer de suas exportações” (Prado Júnior, 1977, p.188).

C - a industrialização e ampliação do mercado interno não foram capazes de criar bases sólidas para um desenvolvimento nacional autônomo, que integrasse o grosso da população marginalizada.

D - o país permanece subordinado aos interesses do imperialismo

E - a industrialização se dava com larga participação do capital estrangeiro, o que impedia a formação de uma economia nacional integrada.

Mesmo com a urbanização e industrialização do Brasil, Caio Prado ainda considerava, nos anos 1960, que o país permanecia centrado nas exportações de produtos primários. Segundo Corsi, Caio Prado:

“não deu muita atenção para esses processos que mudaram o Brasil. Entre as décadas de 1930 e 1960, o Brasil deixou de ser um país agroexportador e o eixo da economia já eram os setores vinculados ao mercado interno, em especial à indústria”. (2003, p.139).

Já foi citada a ênfase que Caio Prado atribui à esfera da circulação e do mercado.

Outro aspecto da fixação mercadocêntrica de Caio Prado é a sua análise de que a industrialização não havia integrado o grosso da população nem estabelecido mudanças qualitativas do nível de vida no país. Esquece-se, porém, que a questão não é o quanto têm acesso ao mercado a população nativa, mas o quanto se acumula de capital. O capitalismo no Brasil, mesmo mantendo vastas parcelas da população em níveis de pobreza e miséria gritantes, desenvolve-se, não somente criando um mercado interno destinado a uma parcela média da população brasileira, mas também criando um grande mercado externo e *intercapital*, que propiciava a acumulação e reprodução, principalmente depois da entrada das grandes empresas multinacionais, a partir de meados de 1950.

A gritante miséria brasileira tinha e tem como causa imediata a brutal exploração dos trabalhadores, de cuja extração de sobre-trabalho, de mais-valia, saem os grandes lucros que tornaram viáveis a implantação da grande indústria estrangeira nestas terras. Novamente, insistimos que a reforma agrária, negada na prática por Caio Prado, poderia cumprir importante papel transformador dessa realidade.

Escapa a Caio Prado a visão de que não é a demanda do consumidor que faz com que se desenvolva o capitalismo. A integração do grosso da população não se daria apenas pelo desenvolvimento puro e simples do capitalismo, mas por um caminho diferenciado de desenvolvimento, que não foi o ocorrido no Brasil e que demarcou a posição brasileira no quadro mundial do capitalismo como país periférico.

5 – A REVOLUÇÃO

O livro “A Revolução Brasileira” foi escrito em 1966, um momento de grandes debates na esquerda brasileira. Novas organizações marxistas surgiam oriundas de rachas do PCB e da esquerda católica, e buscavam explicações para a derrota de 1964 e caminhos a seguir.

A crítica frontal aos fundamentos do programa do PCB contidos nesta obra teve grande aceitação e gerou, pela direita e pela esquerda, leituras diferenciadas e conclusões que, por exemplo, marcariam a dramática saga da maioria das organizações da esquerda armada.

Muitos que partiram e ainda partem das análises de Caio Prado Júnior, numa leitura pela esquerda, parecem fazer “vista grossa” ao que o autor compreendia como o processo da revolução brasileira, sua tática e sua estratégia.

Para seus leitores daquele momento, a crítica ao programa do PCB e a concepção de que o Brasil é capitalista desde sempre, que as relações no campo são igualmente capitalistas, o autor parecia levar à conclusão de que não havia outro caminho de luta naquele momento que a derrota da ditadura, com o horizonte socialista “desde já”. Para seus leitores atuais, seu pensamento representa a nacionalização do marxismo no Brasil, liberado dos esquemas da tradição comunista, um pensamento revolucionário que leva em conta o nosso processo histórico. Para os primeiros leitores, basta verificar que as conclusões de Caio Prado são bastante diferentes. Para os atuais, ele parece mais justificar o trato puramente acadêmico dado às análises marxistas nas últimas décadas, descoladas da realidade e da prática política.

É estranha mesmo a concepção de revolução presente na obra. Para o autor, revolução “são estes momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam”.(Prado Jr., 1977, p.12).

A definição de revolução expressa por Caio Prado tem por base a tese reformista predominante na Segunda Internacional, que teve em Bernstein seu principal teórico.

“Caio não faz mais do que ressuscitar o velho adágio de Bernstein, o papa do reformismo: ‘O fim último, o socialismo, não é nada; o importante é o movimento’” (Ruy Fausto apud Moraes, 1995, p.98)

“Bernstein, como Caio, não negava que o fim último fosse o socialismo. Mas o que representaria hoje este fim remoto? ‘O fim remoto? Pois continua a ser um fim remoto’, respondia Bernstein.” (Moraes, 1995, p.98).

No capítulo V de seu livro, intitulado “O Programa da Revolução Brasileira”, Caio Prado afirma que é “no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país

atravessa” (1977, p.136). Sumariamente: não havendo necessidade de uma revolução burguesa, afinal o Brasil sempre foi capitalista, e não havendo contradições entre a burguesia agrária e “urbana” que são, unidas, atreladas ao capital internacional³, não havendo ainda relações outras que não as capitalistas no campo e ainda, não havendo por parte dos trabalhadores do campo uma aspiração “pela ocupação e posse da terra” e que o que realmente desejam é a “sua colocação na qualidade de empregados” (1977, p.152), Caio Prado estabelece os dois pontos essenciais do programa da revolução:

“de um lado assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado. De outro lado, trata-se de ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto da população trabalhadora, ocupação e meios regulares de subsistência”. (Prado Júnior, 1977, p.153).

Sendo, portanto, estabelecidas as tarefas fundamentais do programa da revolução brasileira em curso, resta questionar seu caráter, poderíamos pensar. Não, responde Caio Prado. Apesar de apontar o socialismo como resultado final do processo revolucionário, o autor entende que não se pode definir de antemão o caráter ou a natureza da revolução em curso, numa confusão enorme, em nosso entender, entre estratégia e tática. Caio Prado critica os que vêm a revolução socialista sempre às portas, ao menor sinal de movimentação de massas. Desta crítica, parte para o sentido oposto, ao tornar desnecessário um programa que aponte o objetivo final do processo e que sirva como elemento unificador de todo o conjunto e da definição dos caminhos a seguir, sendo determinante inclusive na análise de seus avanços e seus revezes.

Resta apenas confortar-se com a constatação dos fatos. De outra forma, não há caminhos a seguir sem objetivos, ou tornaríamos o socialismo uma entidade vivente, com vontade própria, ou algo historicamente dado, fatalmente concretizável, por si só, sem a intervenção dos revolucionários. É uma compreensão determinista do advento do socialismo e movimentista da revolução, que não toca em momento algum na questão da tomada do poder pelo proletariado, que é central para os marxistas.

Em suas próprias palavras:

“o socialismo (...) é onde irá desembocar afinal, mais cedo ou mais tarde, a humanidade de hoje. Isto, contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado. E podemos mesmo acrescentar, **sem programa predeterminado**. Ela não interfere, assim, diretamente, ou não deve interferir na análise e interpretação dos fatos corrente, e muito menos na solução a ser dada aos problemas pendentes

³ Os conflitos existentes entre a burguesia não estavam situados nas contradições existentes entre o latifúndio e as relações não-capitalistas de produção no campo, ou ainda na relação com o imperialismo, mas num curioso “capitalismo burocrático”. Ver Del Roio, 2000, pp.102-103.

ou na determinação da linha política a ser seguida na emergência de situações imediatas” (1977, p.16).

Mesmo abusando de citações neste texto, o trecho seguinte nos parece de fundamental importância para a compreensão da crítica que fazemos ao problema da revolução de Caio Prado:

“Em suma, a tarefa da revolução brasileira, para Caio Prado Jr., consiste na criação de uma economia efetivamente nacional e em civilizar o capitalismo. E, ao ancorar-se pesadamente nas determinações econômicas e elidir assim a questão do poder político e, por conseqüência, também a questão da democracia, não pode reconhecer que o processo que analisa e descreve refere-se a uma transformação capitalista e, portanto, uma revolução de cunho e conteúdo econômico e social burguês. Ao fim das contas, na sua análise o processo se resume ao movimento, pouco importando o conteúdo, o que faz com que o horizonte socialista simplesmente se dilua na bruma.”. (Del Roio, 2000, p.105).

Qual a diferença entre o programa da revolução e o desenvolvimento, como Caio Prado o compreende, já exposto anteriormente? Havendo uma linha divisória, é sem dúvida bastante difícil de identificá-la. Apenas podemos constatar, a partir do autor, que o socialismo somente seria algo colocado na ordem do dia após o cumprimento da principal meta a ser alcançada com o desenvolvimento, qual seja, a integração do grosso da população ao “conforto e bem-estar material e moral que a civilização e cultura modernas são capazes de proporcionar”. (Prado Júnior, 1978, p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao esboçar estas notas críticas partimos da concepção de que apenas poderíamos apontar algumas das fragilidades da utilização do marxismo por Caio Prado se tivéssemos um panorama geral de pontos chave de sua obra.

Temos consciência de que, tratando-se de uma obra ampla, desenvolvida através de algumas décadas, escapa-nos a oportunidade de analisá-la em alguns pontos que também poderiam ser considerados essenciais, principalmente por seus seguidores.

A linha de análise com que trabalhamos é a de que a concepção de desenvolvimento de Caio Prado está intimamente ligada à sua formulação acerca da formação do Brasil e sua inserção no quadro mundial do capitalismo “desde sempre” e na compreensão de que o Brasil permanecia, ainda na década de 1960, marcado pelo seu passado colonial, como mero fornecedor de produtos primários e, não havendo a capacidade do processo de industrialização de integrar o grosso da população às benesses do consumo, o caminho não poderia deixar de ser a luta reivindicatória por direitos básicos e pela ampliação aos trabalhadores do campo da legislação trabalhista, mantendo o latifúndio, que poderia ser desmembrado por uma questão de competitividade de mercado.

“A acentuação e o desenvolvimento da luta reivindicatória por melhores condições de trabalho e emprego tenderá assim a eliminar as empresas que

não tiverem condições para se adaptar, pelo aumento da produtividade, à nova situação criada pelas exigências dos trabalhadores. A solução será então o desmembramento das terras”. (Prado Júnior, 1977, pp.148-149)⁴

As questões relacionadas ao imperialismo também poderiam ser sanadas em favor do Brasil por um governo (nacionalista?) do qual não se indica a composição de classes, muito menos como poderia chegar ao poder.

Daí a nossa hipótese de que o desenvolvimento e sua concepção de revolução estão intimamente ligados, ou ainda, é difícil compreender o momento em que cada qual tem sua identidade própria. A revolução torna-se, portanto, um processo evolutivo, conduzido pelo desenvolvimento, e o socialismo um resultado natural dessa evolução.

Caio Prado perde a oportunidade de analisar a dinâmica própria da história do Brasil e as contradições existentes entre as frações burguesas e em relação a um setor arcaico do campo, deixa de perceber a importância da reforma agrária e da luta antiimperialista como pontos fundamentais para a construção de uma via alternativa de desenvolvimento do capitalismo do Brasil, esta sim, com a garantia de integração da população a condições melhores de vida e com um Estado de bases democráticas, embora ainda dentro dos marcos do capitalismo, que garantisse maior participação popular na vida política e pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, criando condições mais favoráveis à revolução socialista.

Como bem sabemos, a ditadura militar, que Caio Prado não analisa e não faz a crítica, foi a resposta das frações burguesas, dos grandes proprietários de terra e dos setores médios tradicionais que, em nome do anticomunismo, de Deus e em defesa da “democracia”, foi responsável por levar a cabo, mantendo o latifúndio e através da tortura e do assassinato, a recomposição do bloco no poder, desta vez sob hegemonia do capital monopolista. A mesma ditadura que realizou um dos pontos essenciais do programa revolucionário caiopradeano, determinado ainda no governo de João Goulart: a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo. Seu resultado foi a expulsão dos colonos, a intensificação do êxodo rural e a multiplicação dos bóias-frias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, João. *Uma linha confusa e de direita*. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 03 a 09 jun. 1960. Tribuna de Debates, p. 06.

⁴ Acrescento a nota referente ao final deste parágrafo: “A alternativa, usual no passado, e ainda hoje, do simples abandono improdutivo ou semi-produtivo da terra, pode ser facilmente obviada por medidas fiscais adequadas” (Prado Júnior, 1977, pp.148-149).

CORSI, Francisco. *Caio Prado Jr. e a questão do desenvolvimento*. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel.(orgs). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p.135-151.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Uma via “não-clássica” para o capitalismo*. In: D’INCAO, Maria Angela. **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Unesp, 1989.

DEL ROIO, Marcos. *A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo*. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (org). **História do marxismo no Brasil**. Vol.4. Campinas: Editora Unicamp, 2000. p. 69-125.

D’INCAO, Maria Angela. **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Unesp, 1989.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática. 1978.

LÊNIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

_____. **O programa agrário da socialdemocracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

MORAES, João Quartim de. *A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros*. In: MORAES, João Quartim (org). **História do marxismo no Brasil**. Vol.2. Campinas: Editora Unicamp, 1995. p.45-100.

_____. *O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência*. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs). **História do marxismo no Brasil**. Vol.4. Campinas: Editora Unicamp, 2000. p. 151-209.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 19ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **A revolução brasileira**. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **História e desenvolvimento**. 2ed. São Paulo: Brasiliense. 1978.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.